

influência do pauperismo no estado e nas relações internacionais

pierre-joseph proudhon

Que a escassez, tão mais fortemente sentida quanto mais alto golpeia, tenha uma influência direta sobre os governos, é algo que parece supérfluo demonstrar após uma série de revoluções como as de 1789, 1799, 1814, 1830, 1848, 1851¹. Sem dúvida, as ideias desempenharam aí um papel, mas o que significam as ideias? O que elas representam? Os interesses. O que determinou a convocação dos estados gerais? O déficit. Por que a Assembleia Constituinte substituiu a monarquia absoluta pela monarquia constitucional? Porque a nação pretendia pagar ao príncipe apenas o imposto que tivesse consentido, e porque o sistema constitucional, em última análise, se reduz à defesa da renda dos contribuintes contra o fisco, o voto do imposto. O que é a constituição civil do clero? Uma expropriação. O que é a reforma de 4 de agosto²? Um despejo. Portanto, é o pauperismo a causa primeira da revolução.

Pierre-Joseph Proudhon (1809–1865), anarquista de origem camponesa nascido em Besançon, França, foi um dos mais influentes pensadores radicais do século XIX e um dos inspiradores da fundação da AIT.



Influência do pauperismo no Estado e nas relações internacionais

Desde as retiradas do povo romano para o Monte Sagrado³ até a carta de Napoleão III a seu ministro de Estado, Fould⁴, sobre a liberdade comercial,⁵ todas as mudanças políticas, econômicas e religiosas que agitaram as nações podem ser resumidas a esta fórmula: proteção das massas trabalhadoras contra a exploração parasita, e garantia do mínimo de renda, seja pelo pagamento de 1 franco e 75 centavos por quarto de hora, seja pelas medidas contra o incêndio, o granizo, a inundação, a epidemia animal, as doenças, o desemprego, as oscilações da Bolsa, as crises financeiras e comerciais, os riscos da navegação, etc.

No entanto, e embora os fatos não permitam aqui a menor dúvida, examinemos mais de perto as agitações desse grande período de 1789 a 1800.

Em 1789, fez-se a revolução contra o déficit causado pelas despesas da corte, contra os direitos feudais, contra os privilégios das corporações, contra o parasitismo clerical, contra a distribuição desigual dos encargos, ou seja, contra uma ordem de coisas extremamente empobrecedora. A noite de 4 de agosto foi a grande vitória dessa revolução: toda a filosofia do século XVIII desembocou ali.

Após o 4 de agosto, manifestou-se uma reação em nome das ideias religiosas e das instituições políticas, tão maltratadas pela revolução quanto os privilégios, mas cujo nome ela ainda respeitava e cuja imagem conservava. Como, na opinião das massas, essas instituições e essas ideias implicavam na volta dos antigos abusos, fez-se contra elas a revolução mais radical – a de 1793 –, consagrada no calendário republicano pelas festas *sans-culottides*⁶. Foi assim que vimos a Itália católica e pontifical negar o poder temporal do papa e colocar em risco a existência



da Igreja e do catolicismo, para não continuar suportando seus abusos. Por seu pão cotidiano o povo sacrifica sua religião e seus deuses.

Pão e a constituição de 93!, era esse o grito do povo nas jornadas de Germinal e de Pradial⁷.

Em 1796, Babeuf⁸ pretendia acabar com o pauperismo e concluir a revolução em nome da igualdade. Ele sucumbe bem menos pela reação dos proprietários do que pela imperfeição de seu sistema. O povo, em 1796, não era mais comunista do que em 1848.

Em 1799, o pauperismo ganhou a burguesia. Todos se queixam da miséria. O Diretório decreta a bancarrota; a renda cai a onze francos; os rentistas, pagos com *assignats*⁹, morrem de fome, e as multidões não parecem mais ricas, muito pelo contrário. Revolução de 18 de Brumário.

Em 1814, os reveses sofridos por nossos exércitos levam à invasão da França: Napoleão é forçado a abdicar. Não é o povo que o derruba: a guerra não deixava excedente de população; o pauperismo nas massas era pouco sensível: assim, a queda do império nunca se mostrou aos olhos do povo como suficientemente motivada. Mas, se na França a miséria era mediocrementemente sentida pelas multidões, o mesmo não acontecia com a burguesia industrial e comercial que o bloco continental estava arruinando; nem com os senadores e com todas as altas personagens cuja posição era comprometida pela guerra, e, principalmente, nem no estrangeiro, na Espanha, na Alemanha, na Rússia, em todos os países percorridos por nossos exércitos. Daí a coalisão de 1813 e as aclamações com que ela foi recebida do lado da França.



Influência do pauperismo no Estado e nas relações internacionais

A Restauração cai em 1830. Por quê? A burguesia inveja os nobres acima citados, que ela acusa de quererem restabelecer os direitos feudais, por conta dos quais, pensava-se, já havia sido pago um bilhão aos emigrados. A Igreja, de seu lado, protesta contra a situação que lhe foi imposta e reivindica novamente seus bens e dízimos. Ora, nessa época, e desde 1825, o regime industrial havia tornado o pauperismo muito mais sensível: já apareciam jornais e publicações socialistas, acusando a miséria, falando de produção, de riqueza, de distribuição, de tudo que podia inflamar os apetites e as cóleras. As lembranças, as paixões e os interesses de 1789 foram a alma da revolução de julho.

A revolução de 1848 inspirou-se principalmente na de 1793. Os negócios se arrastavam, o trabalho diminuía, a corrupção tornava a penúria mais insuportável; a burguesia, inquieta, mostrava-se impaciente. As massas, aquecidas pelas ideias de Babeuf e pela propaganda socialista, reclamavam direitos políticos, único meio, diziam-lhes, delas conquistarem trabalho e pão. Estranhou-se o julgamento providencial que, depois de ter golpeado Carlos X, abateu-se sobre Luís Felipe. Foi a mesma fome imperiosa que havia derrubado a monarquia legítima que derrubou a monarquia cidadã: eis aí todo o mistério.

Em 1851, o movimento se realiza em sentido inverso. A avareza reacionária apoia o golpe de Estado contra a república social, incessantemente dizimada por três anos de tiros de fuzil, pela transportação, pela prisão, pelos banimentos. O sucesso do golpe de Estado é ainda maior pelo fato de que, enquanto os conservadores acolhem-no como uma salvaguarda, o povo aceita-o como um protetorado.



Isso ocorre em todas as revoluções, políticas, sociais, religiosas, que compõem a história das nações. Todas, não importando a ideia que lhes sirva de fórmula, têm a ver com interesses. Ora, quem diz interesse, nesse caso, diz sujeição, privilégio, parasitismo, fome.

Quando a reforma explode no século XVI contra a Igreja, a escassez era universal, e por mais de dois séculos o clamor público acusava a Igreja por isso. A Igreja, além dos ganhos com seus bens imóveis, recebia contribuições de toda natureza – dízimos, dispensas, anatas, indulgências, etc. –, a maior parte das quais escoava para Roma. O povo estava magro, as congregações religiosas na opulência. O papado atraía para si todo o numerário. Os povos, cuja miséria arrefecia a fé, pediam que o clero retornasse à frugalidade da Igreja primitiva: desde o Apocalipse, que desde o primeiro século denunciava o luxo de certos bispos sucessores dos apóstolos, era sempre a mesma antífona¹⁰. Não é a mesma coisa que se diz hoje em dia contra o papa? Essa gritaria da miséria contra o episcopado é tão monótona que acaba se tornando entediante. Os senhores cobiçam os bens do clero; os reis, desejosos de liberarem seus bens seculares, só queriam se apoderar de sua parte dessas riquezas, como fez Felipe o Belo quando mandou os Templários para a fogueira.

Aliás, admirem como essa cobiça real, senhorial, burguesa e plebeia sabe se revestir com o interesse da religião e dos bons costumes! Os Templários são acusados de imoralidade e de ateísmo. Não afirmo que eles fossem inocentes: mas ninguém teria duvidado de sua virtude se eles tivessem sido menos ricos. Depois, são os príncipes que postulam a seu modo a distinção entre o temporal e o espiritual; como se a Igreja não soubesse mais que eles



Influência do pauperismo no Estado e nas relações internacionais

a respeito disso; como se esta distinção não implicasse a supremacia do papa sobre os reis, exatamente o contrário do que se pretendia induzir a partir disso! Não esqueçamos os homens de fé sincera, promotores à sua revelia e logrados por todas essas revoluções que, como o sábio Gerson¹¹, clamavam pela reforma dos abusos, mas não queriam que se tocassem nos usos. É como seus seguidores que aparecem os sectários. Wiclef¹², João Huss¹³, Lutero¹⁴, que dão um passo a mais e atacam decididamente a doutrina. Finalmente, Münzer¹⁵ e seus camponeses dizem a palavra final da história: eles responsabilizam os bens; são os espíritos mais lógicos e mais práticos de todos. A guerra dos camponeses do Reno e de Westfália era consequência tanto dos conselhos reformistas do piedoso e ortodoxo Gerson, quanto das teorias de Lutero e do bofetão dado por Nogaret¹⁶ a Bonifácio VIII.

É inútil continuar insistindo. As constituições de Igrejas e de Estados não têm outra finalidade além de proteger, equilibrar e hierarquizar os interesses. Ora, como os interesses – instados pelo pauperismo – estão sempre em oposição, sempre em sofrimento, a agitação é permanente; as revoluções são suas crises. Todo debate político, econômico, religioso ou social, reduzido a seu verdadeiro significado, resolve-se em *jacquerie*¹⁷.

Pois bem, vocês dirão: a influência do pauperismo sobre o Estado é um fato comprovado; ele é a causa primeira das revoluções. Poderíamos quase considerá-lo ridiculamente óbvio, tamanha é sua presença no senso comum. Mas voltemos ao nosso tema. O pauperismo também seria a causa primeira das guerras? Como os povos agitados pela miséria, não contentes de atacar seus governos, seus nobres, seu clero, suas dinastias, seus burgueses, começam



a acusar uns aos outros, e lançam-se a guerras tão cegas quanto inúteis?

Eu poderia, como tantos outros, evocar a loucura humana, os maus conselhos da fome, o maquiavelismo dos príncipes e dos nobres que, em todos os tempos, agarraram as chances de fazer a guerra como meio de diversão para as impaciências populares e de salvaguarda para seu poder. Essas considerações têm sua verdade, que não nego: no entanto, elas não chegam a satisfazer totalmente o espírito. É impossível, se formos críticos, atribuir a causas tão inconsistentes um fenômeno como a guerra que, não esqueçamos, abarca a fisiologia e a psicologia da humanidade e rege um direito real, o direito da força.

Acredito, portanto, estar de acordo com a verdade, fazendo observar que as considerações de direito internacional sobre as quais se apoiam quase que exclusivamente as declarações de guerra, estão ligadas pelas mais íntimas relações às considerações de ordem econômica. De maneira que, se os motivos políticos podem ser considerados como a causa aparente da guerra, as necessidades econômicas são sua causa secreta e primeira, sobre a qual, no fundo, ninguém se engana.

É um fato, reconhecido pela estatística, que os atentados à propriedade diminuem quando o bem-estar das massas aumenta. Em geral, quem tem do que viver ocupa-se pouco do vizinho. O mesmo acontece com os povos. Da mesma forma que não aconteceria revolução em um Estado se as necessidades dos cidadãos estivessem satisfeitas, não haveria guerra entre os Estados se eles não fossem empurrados a ela por uma força que os dominasse. Garantam a uma nação a liberdade, a segurança e o bem



Influência do pauperismo no Estado e nas relações internacionais

viver, e ela não se preocupará com o que fazem aquelas que a tocam. Ela não falará nem de fusão, nem de incorporação, nem de retificação de fronteiras; ela nem se importará com a questão da própria nacionalidade, como testemunham os camponeses da Galícia, que se contentariam em tornar-se austríacos se fossem libertados de seus senhores, ou aqueles da Lombardia, que amaldiçoavam seus proprietários, pouco se importando com o rei ou o imperador.

Infelizmente, a nacionalidade só se torna um ponto sensível, o espírito de guerra só se apodera do príncipe e do povo, quando a subsistência e as propriedades estão ameaçadas, quando há insuficiência de recursos ou de território. É aí então que se colocam as questões de preeminência, de equilíbrio, de colônias, etc., que, como vimos, só podem ser resolvidas pela força.

De que serve dissimular? A lei de incorporação ou de desmembramento, que vimos desempenhar um papel tão grande na política e na história, apresenta-se sob um aspecto totalmente outro quando, remontando de causa em causa, buscamos suas motivações secretas. Assim como o Estado – órgão da força coletiva, encarnação da justiça – é em última análise apenas uma expressão econômica, as relações internacionais, as guerras e os tratados de paz, apesar de toda a força de majestade que o direito de força lhes confere, são também expressões econômicas, monumentos de nossa indigência. A avidez de terras, o espírito do tributo, a sede ardente do bem do estrangeiro, escondem-se no fundo de nossa diplomacia. Isso se tornará cada vez mais palpável quando, saindo das considerações gerais, penetrarmos nos fatos.

Estamos, portanto, perfeitamente fundamentados



ao distinguir entre a causa primeira da guerra e seus motivos ou causas secundárias, estes de ordem puramente política, aquela de ordem exclusivamente econômica. Pode acontecer que os motivos políticos da guerra, mais ilusórios que reais, revelem a sua verdadeira causa: essa preeminência da causa da guerra sobre seus motivos é, como veremos, uma das características da época atual. Mas seria esta uma razão para se continuar sempre acusando os príncipes de má fé, como fazem os historiadores? Como se os chefes de Estado, para além de suas funções oficiais, não fossem os representantes de seus povos, afligidos pelo mesmo pauperismo que seus súditos!

Em geral, os motivos sobre os quais se apoiam as declarações de guerra são sérios e reais; eles traduzem uma necessidade política. Mas a causa primeira os domina; e, se é sempre permitido contestar, do ponto de vista da guerra, a legitimidade de tal causa, infelizmente não é possível negar sua presença. Não há sobre a terra nada mais constante, mais implacável, do que a miséria do gênero humano. *Ego sum pauper et dolens*¹⁸: caso os guerreiros tivessem tanta filosofia quanto bravura, seria essa a divisa que colocariam em suas bandeiras.

Assim, a causa primeira de qualquer guerra é única. Ela pode variar de intensidade e não ser absolutamente determinante, mas está sempre presente, sempre ativa e até o momento é indestrutível.

A guerra explode pelas invejas, pelas rivalidades, pelas questões de fronteiras, de servidões, por questões, se ousar dizer, de parede divisória. Aí está a responsabilidade das nações. Sem essa influência do pauperismo, sem a desordem introduzida nos Estados pela ruptura do equilíbrio



Influência do pauperismo no Estado e nas relações internacionais

econômico, a guerra seria impossível; nenhum motivo secundário seria capaz de levar as nações a se armarem umas contra as outras. Assim, cabe às nações prover sua economia interior e garantir, pelo trabalho, as práticas da temperança, o equilíbrio dos interesses contra o pauperismo – o único e verdadeiro risco de guerra.

Mas, se a guerra é impossível sem a escassez que subleva as nações, como um efeito sem causa, ela não consegue conquistar as consciências e ser aceita senão através de motivos de direito internacional que, diante da razão de Estado, legitimam-na. Aqui começa a responsabilidade dos chefes políticos, os únicos cuja iniciativa é capaz de fazer com que a guerra passe de possibilidade a ato. Já é um primeiro e notável efeito da aplicação dos princípios da economia que as nações, tornadas estacionárias, não possam mais lançar-se espontaneamente umas contra as outras: as invasões em massa pertencem ao período bárbaro, o último ato da vida florestal e nômade. Ao mesmo tempo em que os povos tornam-se industriais e trabalhadores, a guerra torna-se a prerrogativa dos governos. Aos homens de Estado cabe, portanto, avaliar até que ponto a penúria geral é agravada por culpa do estrangeiro; em qual circunstância a preocupação com a segurança pública permite a uma potência prevalecer contra outra no rigor do direito internacional e apelar para o julgamento da força. Em todos os casos, o homem de Estado deverá se lembrar de que sua responsabilidade é ainda maior, pois a guerra, independentemente do que ele faça, sempre conserva um lado odioso, e que ela tem como motivo o pauperismo e todos os vícios que o acompanham: a cupidez, o luxo, a sede das volúpias, todas as corrupções e todos os crimes gerados pela sensualidade às voltas com a escassez.



A determinação sob a qual apresentamos a causa primeira da guerra irá nos colocar em um terreno novo, pouco conhecido pelos antigos: o da economia política. Faremos aí mais uma descoberta. A partir de agora é fácil prever – coisa que os juristas da velha escola não suspeitaram – que, no que diz respeito à conduta da guerra, as regras do direito, sublimes em teoria, serão pobres barreiras para as pessoas, quando algumas cobriçam uma presa e outras defendem sua propriedade. O que poderia ser *a guerra nas formas adequadas* entre exércitos que marcham sob o estandarte da fome? Concluímos que para fazer justiça, seja na guerra, seja na paz, não basta o conhecimento filosófico e subjetivo do direito, mas é preciso acrescentar a ele o conhecimento prático das leis da produção e da troca, sem o qual a aplicação do direito permanece arbitrária e a guerra inextinguível.

Tradução do francês por Martha Gambini.

Notas

¹ Sobre as datas de revoluções citadas por Proudhon: 1789 – início da Revolução francesa; 1799 – Golpe de Estado de 18 de Brumário, que entrega a França a um único mestre, o Primeiro Cônsul Bonaparte; 1814 – capitulação de Napoleão I e restauração de Luiz XVIII; 1830 – Revolução dita das *três gloriosas*, que expulsa Carlos X, último símbolo da monarquia absoluta, e instala Luiz-Felipe, que organiza uma monarquia constitucional e liberal; 1848 – Revolução que estabelece a República; 1851 – Golpe de Estado de Luiz-Napoleão Bonaparte, que restabelece o Império [N. E.].

² A data de 4 de agosto de 1789 corresponde à abolição dos direitos feudais, supressão das corveias e servidões [N. T.].



Influência do pauperismo no Estado e nas relações internacionais

³ Em 493 a.C., o povo romano, sobrecarregado de dívidas, ameaçou se revoltar. Os côsules apelaram para o exército. Mas este se revoltou e se retirou para o Monte Sagrado. Quarenta e cinco anos mais tarde, o assassinato de uma jovem plebeia será o pretexto para uma nova retirada do povo para o Monte Sagrado que terminou com novas concessões por parte do Senado [N. T.].

⁴ Achille Fould (1800- 1867), ministro das finanças de Luís Napoleão Bonaparte quando era Presidente e depois quando se tornou imperador [N. T.].

⁵ Esta carta, datada de 5 de janeiro de 1860, foi publicada no jornal *Moniteur* de 15 de janeiro. “Não existe, dizia Napoleão III, senão um sistema geral de boa economia política para conseguir, criando a riqueza nacional, espalhar a prosperidade na classe operária”. Esse sistema consistia na supressão das proibições.

⁶ Como o calendário republicano previa, durante o ano, cinco dias complementares, esses dias foram dedicados às festas revolucionárias: festa da Virtude, do Gênio, do Trabalho, das Recompensas e da Opinião. Foram chamadas de *sans-culottides* para glorificar o nome pejorativo de *sans-culottes* dado pelos aristocratas aos revolucionários.

⁷ A constituição votada em 24 de junho de 1793 retomava os princípios da Declaração dos direitos do homem. Essa constituição, a mais democrática que a França já conheceu, nunca foi aplicada. De Germinal a Pradial ano III (março-maio 1795), manifestações que foram rapidamente reprimidas exigiam pão e sua aplicação.

⁸ François-Émile Babeuf, conhecido como Graco Babeuf (1760-1797), defendia ideias comunistas no jornal *Tribun du peuple*. Ele organizou uma conjuração para derrubar o Diretório e restabelecer a constituição de 1793. Preso e condenado à morte, apunhalou-se antes de subir ao cadafalso.

⁹ Espécie de papel moeda sob a Revolução Francesa [N. T.].

¹⁰ Antífona: uma canção ou ritornelo.

¹¹ Jean Charlier, conhecido como Jean de Gerson (1362-1428), tentou terminar com o grande cisma buscando obter a demissão do papa de Avinhon, Bento XIII, e a do papa de Roma, Gregório XII. Ele obteve a reunião de um concílio geral em Constança (1414) que agravou o cisma e condenou João Huss.



¹² John Wiclef (1320-1384) defendia os direitos do poder temporal contra a cúria romana e vislumbrava a secularização dos bens do clero desviados de seu uso legítimo pela corrupção. O cisma fez com que ele considerasse a possibilidade para a Igreja de dispensar o papa e a afirmar a autoridade suprema da Bíblia.

¹³ John Huss (1369-1415) defendeu em 1403 os escritos de Wiclef diante da Universidade de Praga. Em 1410, o arcebispo de Praga os queimou, interditou Huss e a Universidade de Praga. Excomungado por Roma, ele teve que comparecer diante do concílio de Constança. Ele e seus escritos foram condenados à fogueira.

¹⁴ Martin Lutero (1483-1546) contrapôs em 1517 a prática das indulgências à palavra do apóstolo Paulo. Negou sucessivamente a autoridade do papa, a hierarquia, o celibato dos padres, os votos monásticos, o culto dos santos, o purgatório e a missa. Em 1520 foi excomungado.

¹⁵ Thomas Munzer (fim do século XV-1525), fundador da seita dos Anabatistas, proclamou, em 1524, em Mulhausen, na Turíngia, a comunidade dos bens e desencadeou a *guerra dos camponeses*. Derrotado e aprisionado pelos príncipes confederados, foi decapitado.

¹⁶ Guillaume de Nogaret (meados do século XIII-1313) foi um dos principais dirigentes da luta de Felipe o Belo contra os Templários e o papado. Em 1303, ele prendeu, e se não esbotefeou, pelo menos insultou o papa em seu palácio invadido. Este último sobreviveu apenas alguns dias.

¹⁷ Proudhon usa o termo *jacquerie* como sinônimo de levante ou revolta em referência a uma insurreição camponesa conhecida com esse nome que ocorreu na França entre maio e junho de 1358, durante a Guerra dos Cem Anos que opôs franceses e ingleses [N. T.].

¹⁸ “Sou pobre e triste” [N. T.].



Resumo

Excerto do livro A guerra e paz, de Pierre-Joseph Proudhon, publicado em 1861 e nunca traduzido ao português, no qual o anarquista francês defende que a causa primeira de todas as revoluções políticas e das guerras entre Estados é o pauperismo. De acordo com Proudhon, a economia política é o saber mais indicado para analisar as causas da guerra, e não o direito internacional ou a história dos grandes reis, generais e líderes.

Palavras-chave: guerra, pauperismo, anarquismo.

Abstract

An excerpt from Proudhon's 1861 book "War and Peace" never published before in Portuguese in which the French anarchist claims that pauperism is the main cause of all political revolutions and interstate wars. According to Proudhon, the political economy is the most suitable knowledge to address the causes of warfare, instead of the international law or the history of the great kings, generals, and leaders.

Keywords: warfare, pauperism, anarchism.

The influence of pauperism over the state and in international relations, Pierre-Joseph Proudhon.

Recebido em 15 de março de 2015. Confirmado para publicação em 30 de setembro de 2015.

